



URBE E POLIS: DIÁLOGOS E MEDIAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIDADE PLENA.

Cristina Schmidt¹

RESUMO: O universo que configura a cidade apresenta dois parâmetros correlatos: o da Urbe, ligado aos aspectos de materialidade oferecidos pelos serviços e infraestrutura; e o da polis, que envolve a imaterialidade em suas relações socioculturais, comunitárias, públicas de cooperação e expressão. Nesse meio vão se desenvolver práticas comunicacionais e culturais para gerar experiências materiais e imateriais de modo interpessoal ou mediados no alcance de políticas públicas. Dessa problemática surgem como objetivos refletir sobre os processos de ativismos desses grupos populares marginalizados da estrutura hegemônica; compreender os parâmetros ora complementares e ora dissonantes de urbe e polis; identificar os processos folkcomunicaçãois para proposição de políticas públicas. Para tanto, a pesquisa descritiva teve abordagem qualitativa por meio de levantamento bibliográfico e documental. Os resultados demonstram que as comunidades à margem do contexto citadino hegemônico são pujantes territórios de mobilização e ativismos, com meios facilitadores de diálogo e mediação; mas são grupos potentes para criar uma agenda pública para concepção de uma cidade plena.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Cidade Mediatizada. Urbe. Polis. Folkativismo.

URBAN AND POLIS: DIALOGUES AND MEDIATIONS FOR PUBLIC POLICIES FOR A FULL CITY.

ABSTRACT: The universe that configures the city presents two related parameters: that of the City, linked to the aspects of materiality offered by services and infrastructure; and that of the polis, which involves immateriality in its sociocultural, community, public relations of cooperation and expression. In this environment, communicational and cultural practices will be developed to generate material and immaterial experiences in an interpersonal or mediated way in the scope of public policies. This problem arises as objectives to reflect on the activism processes of these popular groups marginalized from the hegemonic structure; understand the sometimes complementary and sometimes dissonant parameters of city and polis; identify folkcommunication processes for proposing public policies. To this end, the descriptive research had a qualitative approach through bibliographic and documentary research. The results demonstrate that communities on the margins of the hegemonic city context are thriving territories of mobilization and activism, with means that facilitate dialogue and mediation; but they are powerful groups to create a public agenda for designing a full city.

KEYWORDS: Public Policies. Mediatized City. Urban. Polis. Folkactivism.

¹ Pós-Doc em Comunicação para o Desenvolvimento Regional pela Cátedra UNESCO/UMESP, Doutora em Comunicação e Semiótica – PUC-SP, Mestre em Teoria e Ensino da Comunicação – UMESP, Especialista em Psicologia Analítica – IJEP/FAPCOM. Pesquisadora no Grupo de Estudos sobre Cibermuseus – GREC - PPG Museologia/UFBA. Diretora Regional Sudeste da Rede Folkcom. Professora na Faculdade Bertioga. E-mail: cris_schmidt@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Os censos demográficos realizados nas últimas décadas têm evidenciado uma crescente concentração da população em áreas urbanas. No Brasil em 2022 havia um total de 203 milhões de habitantes e, desses, 61% em regiões urbanizadas correspondendo a 124,1 milhões de pessoas. No mundo, essa proporção se mantém muito próxima. Dos oito bilhões de habitantes, 55,7% residem em áreas urbanas, principalmente em grandes cidades. As pessoas chegam a essas localidades, quase na totalidade das vezes, em busca de melhores condições de vida.

São movimentos migratórios que as levam aos grandes centros e são provocados pela falta de amparo socioeconômico que as regiões rurais ou pequenas cidades oferecem cada dia menos. Esse respaldo negado envolve uma série de fatores que coloca cada vez mais gente em uma busca de cidades, causas como: táticas políticas ou econômicas de exclusão, não reconhecimento de direitos, conflitos culturais ou guerras, desastres ambientais naturais ou criminosos, reconfigurações de processos de trabalho, exploração de mão de obra ou expropriação indevida de bens, ou ainda por estagnação social e/ou econômica de algumas localidades. Para as pessoas que migram, as cidades passam a ter uma conotação utópica de boas oportunidades, de acesso a direitos, de maior respaldo socioeconômico.

Os diferentes grupos culturais que fazem parte desse contexto estabelecem processos comunicativos permanentes para a convivência e existência seja em regiões rurais ou urbanas, pois não são realidades autônomas, nem independentes da sociedade dominante na qual subsistem. Todos fazem parte de uma conjuntura global que envolve aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Possuem particularidades enquanto grupo, mas em sociedade criam redes de sociabilidade que facilitam o diálogo entre si e os outros segmentos em uma mediação de interesses. As estratégias de mediação precisam ser muito bem delimitadas para destacar o papel dos diferentes grupos culturais nesse contexto de cidade urbanizada e midiaticizada. E, principalmente, os que fazem parte da esfera popular, precisam ter uma posição ativa como protagonistas da comunicação promovendo uma mediação dentro de uma “densa rede de comunicação cotidiana”. (Schmidt, 2018, p.47)

Considerando que o universo que configura a cidade apresenta dois parâmetros correlatos: o da Urbe, ligado aos aspectos de materialidade oferecidos pelos serviços e infraestrutura implantados; e o da polis, que envolve a imaterialidade da cidade em suas



relações socioculturais, comunitárias, públicas de cooperação e expressão. Então, nesse meio é que vão se desenvolver práticas comunicacionais e culturais negociadas – interações mediadas – para que sejam vivenciadas experiências materiais e imateriais de modo interpessoal ou mediatizado. Nesse último, entendendo as relações no contexto da Urbe e de comunicação institucionalizada e hegemônica; no anterior, nos parâmetros da Polis, identificando as dinâmicas da comunicação cotidiana dos grupos culturais subalternizados.

Essas práticas negociadas decorrem das dinâmicas vividas na cidade pelos grupos em movimento, migrantes e imigrantes, nos espaços de Urbe e/ou Polis, território público e/ou privado, econômico e/ou simbólico para gerar aproximações e relações de troca social ou mercadológica. Isso ocorre em diferentes segmentos sociais e de produção cultural, como por exemplo, uma festa popular que originalmente pode ser uma expressão imaterial e identitária de um determinado grupo (vivência de Polis) e acaba virando uma oportunidade ampliada para a totalidade da cidade como negócio oferecendo produtos culturais para venda; outros exemplos, um conto ou mito popular é transposto para uma telenovela; uma roupa específica de um grupo é transformada em peça de moda (experiência de Urbe). Mas também, podem ser convertidas em ações de reflexão, reivindicação e proposição de políticas públicas para ampliação de direitos e reconhecimento.

A partir dessas problemáticas iniciais definimos como objetivos refletir sobre os processos de ativismos desses grupos populares que acabam marginalizados da estrutura hegemônica; compreender os parâmetros ora complementares e ora contraditórios de urbe e polis; identificar os processos folkcomunicacionais para proposição de políticas públicas. Para tanto, desenvolvemos a pesquisa com abordagem qualitativa por meio de levantamento bibliográfico e documental. No primeiro foram coletados materiais já elaborados e publicados em livros, revistas científicas, sítios acadêmicos. Para isso, utilizamos mecanismos de busca como Scielo, Google Acadêmico, Academia.edu, Portal Capes. Com o segundo procedimento, coletamos documentos que trouxeram dados estatísticos, e informativos como em sites jornalísticos, ou em centros de pesquisa social.

Conforme Luiz Beltrão (1980) esses contextos referidos acima levam tanto os grupos rurais quanto os grupos urbanos a uma condição de subalternidade, e isso os faz criarem mecanismos próprios de diálogos e ativismos para forjar uma interação entre si e com as cidades promovendo sua sobrevivência dentro de suas demandas. Além disso, criam

mecanismos para viabilizar políticas sociais mais abrangentes que levam a integração complementar de urbe e polis na perspectiva de uma cidade plena.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS E FOLK-ATIVISMO NA CIDADE MUDIATIZADA

No processo social as manifestações culturais surgem das necessidades primeiras de trocas simbólicas e materiais para a sobrevivência em comunidade, e estão ligadas às questões que vão da moradia à alimentação, da saúde à fé. As diferentes culturas criam sistemas de sobrevivência e convivência apropriando-se das ofertas naturais e as transformam para atender suas necessidades. Cada grupo social se manifesta de modo a criar referências, estabelecer diálogos e conquistar espaços sociais que lhe proporcionem uma vida melhor.

Segundo Downing (2004), essas manifestações são resultantes de diferentes circunstâncias gerando os “movimentos sociais”, que se caracterizam de diferentes formas desde o século IX. Para o autor, primeiramente o termo “movimentos sociais” foi utilizado para compreender e definir a insurreição das massas seja por motivação política, de contracultura ou de sobrevivência que se revertiam em manifestações espontâneas de protestos e rebeldia.

Depois, a mesma expressão foi utilizada para definir os movimentos populares organizados para reivindicações classistas ou grupos mobilizados coletivamente em torno de causas humanitárias e sociais como o feminismo, aborto, igualdade racial, direitos trabalhistas etc. Esses movimentos eram compostos por grandes grupos marginalizados dos centros hegemônicos de decisão e expressos em manifestações públicas como passeatas, greves, performances culturais, panfletagens e outras formas de comunicação próprias ao receptor – configurando-se como folkmidias.

E, o terceiro tipo de movimento social, diferente dos anteriores que estavam mais diretamente relacionados a reivindicações políticas ou econômicas, está ligado ao que ele chama de “novos movimentos sociais”, voltados para o desenvolvimento pessoal ou para a identidade coletiva, por meio de festividades, teatro, música, artes, artesanatos e outras formas culturais e próprias ao grupo – o que Beltrão define como processos folkcomunicacionais.

Os movimentos sociais ocorrem primordialmente em grandes espaços urbanos, em grandes cidades, e estão diretamente relacionados com a comunicação enquanto expressão de



grupos ou meios de divulgação. Para Downing (2004), a esfera pública materializa a ágora grega e nela é possível observar diferentes teias de comunicação, em círculos que se inter-relacionam e que possibilitam mútuas comunicações, que favorecem o debate em diferentes níveis. E para Beltrão (1980) esses movimentos são decorrentes de relações interpessoais em diferentes níveis, com vários mediadores que decodificam e valorizam as mensagens e canais que viabilizam a fala, a forma, o lugar dos grupos marginalizados no cenário público.

Porém, acentuadamente nas últimas três décadas, as manifestações culturais têm recebido forte interferência da indústria criativa mundial, que por meio de um discurso mercadológico junto com a economia globalizada, é coautora de reconfigurações culturais locais e mundiais. Canclini explica essa ocorrência por meio do conceito de hibridismo cultural e, segundo ele, são três processos para explicar a hibridação: “(...) a quebra e a mescla dos conjuntos que organizavam os sistemas culturais, a desterritorialização dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros” (Canclini, 1995, p.264).

Ainda nessa visão, esse panorama produtivo envolve todos os aspectos e segmentos da sociedade, que a nosso ver engloba a diversidade cultural entendida em sua denominação mais ampla: de gênero, etnia, classe, idade, religiosidade, nacionalidade etc.

Tal sistema, configurado no âmbito da cidade enquanto urbe, cria uma rede hegemônica de comunicação e estrutura social que define a visão de mundo e as necessidades de consumo de modo global e impositivo, que só se rompe ou é contraposta por redes comunicativas interpessoais (Castells, 2015), ou seja, por processos folkcomunicacionais com referências em princípios comuns e universais como os patrimônios da humanidade e das sociedades originárias; ou enquanto marcos legais com proposições de entidades reconhecidas como UNESCO, ou ainda por meio de Constituições Cidadãs e ou documentos considerados universais como os Direitos Humanos.

Nesse sentido, as redes folkcomunicacionais e as políticas públicas se desenvolvem enquanto processos que se expandem do individual ao coletivo. Tanto as ações folkcomunicacionais quanto as atividades relativas às políticas públicas se manifestam em territórios de interação, no qual a ação coletiva, independentemente do número de sujeitos, se articula num movimento dinâmico (Schmidt; Santos, 2017, p.108).

Isso quer dizer que, os movimentos sociais operam como atores fundamentais na arena política e não manifestam apenas os aspectos ligados a uma situação, apresentam características decorrentes do contexto social em que estão inseridos, dando-lhes forma e



significado. Portanto, na cidade conformada pela sociedade capitalista e globalizada, as manifestações assumem diferentes status: de resistência, de divergência e oposição, de convergência e acomodação, de decisão. Isso quer dizer que, os grupos culturais adéquam suas expressões de modo a tornarem-se um importante instrumento de comunicação que podem apresentar crítica, pressão e formulação de políticas, chegando ao ponto de serem inseridas na agenda pública.

Muitos grupos culturais rurais e urbanos subalternizados procuram manter suas referências originais, mas também se apropriam de instrumentos e técnicas que a cidade coloca para fortalecerem suas produções e a relação com seu público/audiência; ou ainda, e mais relevante, utilizam da linguagem da cidade enquanto polis para repercutirem como referência mundial enquanto patrimônio cultural material ou imaterial.

Nesse quadro todo, importante destacar a figura do ator social ou, como classifica Beltrão (1980), o líder de opinião, agente de folk. Tanto a divulgação dos atores e suas produções como a recepção das mensagens podem gerar fluxos de informação em redes comunicativas com duas posturas: ativa e ativista. Segundo Osvaldo Trigueiro (2008), “as atuações desses atores são construídas por novos valores culturais” que surgem das dinâmicas estabelecidas na nova localidade. A urbe se apresenta com tecnologias de comunicação e infraestrutura diferenciadas e referenciadas na globalização econômica e cultural, que geram processos de tensionamento entre rural e urbano. E nesse sentido, força a coexistência e a formação de expressões híbridas fazendo com que os movimentos sociais atuem enquanto “segmentos organizados de pressão que traçam táticas de participação em sistemas alternativos de comunicação, na tentativa de minimizar os seus problemas, potencializando seus desejos, reclamos, para além de seus muros” (Trigueiro, 2008, p.41).

São essas ações articuladas entre os sujeitos produtores e receptores que vão criar garantias para que os grupos subalternizados levem a constituição de políticas públicas para uma melhor condição de vida. E desse modo, exigem uma articulação que vai além dos espaços de manifestação; ou seja, vão do espaço público para a arena política configurando-se como “problema público”, instrumento de política pública ou como atores políticos.

Schmidt e Santos (2017, p.113) explicam que as redes comunicativas podem criar diferentes relações entre diferentes grupos, inclusive entre atores e poder público e articular imperativos diversos no sentido de atender as demandas da diversidade cultural na reflexão, mobilização e constituição de políticas públicas. E sendo as redes comunicativas um espaço



de diálogo, também se apresentam como meio para que a comunicação entre diferentes sujeitos aconteça ao mesmo tempo em diferentes grupos articulando movimentos sociais. Isso ocorre pelo fato de permitir que um grande número de pessoas transite em diferentes realidades, haja vista que tais espaços não possuem medidas restritivas quanto ao público, mas são criados por ele. É uma amostra de rede cultural, entendida por Schmidt (2016) como espaço de folkcomunicação.

(...) como a dimensão primária para a comunicação interpessoal e a composição de grupos ativos de audiência, ou seja, as redes sociais como conjuntos de ações múltiplas e simultâneas de comunicação que proporcionam a interação entre diferentes indivíduos, grupos e níveis nos processos culturais. Estas, conferem aos indivíduos um poder de participação em redes comunicativas que vão do interpessoal ao empresarial, do pessoal ao comunitário e ao planetário através de recursos interativos próprios a cada cultura. As Redes se instituem a partir de interesses comuns que vão do econômico ao religioso, do afetivo ao artístico de seus agentes ativos e promotores e demais participantes. (Schmidt, 2016 p. 13)

Nesse espaço folkcomunicacional, cada participante pode, a partir dos vínculos interpessoais, refletir sobre si, seu modo de vida e a sua maneira de entender o contexto no qual trabalha, reside e participa das práticas culturais e ações políticas.

Atualmente, em decorrência da expansão mundial das redes sociais digitais cada vez mais ágeis e acessíveis, possibilita uma aproximação mais direta entre produtores-receptores, e intensifica as possibilidades de diálogo virtual em rede por meio de computadores e telefonia móvel. Além do que, as tecnologias decorrentes desse cenário são amparadas por políticas públicas determinantes de padrões de produção, de infraestrutura urbana e promoção cultural, o que exige uma articulação ágil dos grupos sociais suficiente para atuar em sociedade com pronta decisão.

2. VIVÊNCIA NA CIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES

Vivenciar a cidade implica em identificar dois aspectos ora complementares ora distintos e contraditórios que são as características que constituem a Urbe e as que compreendem a Polis.

O termo Urbe, de origem latina, está relacionado aos serviços e à infraestrutura implantados na cidade e oferecidos pelo Estado nas diferentes instâncias (municipal, estadual,



federal) e por empresas. A Urbe envolve os aspectos de materialidade como: saneamento, tratamento e distribuição de água, coleta de lixo, arborização, asfaltamento, energia, escolas, instituições de saúde, equipamentos culturais e esportivos, segurança pública. Enfim, são os serviços que as pessoas demandam na vida urbana, diferenciando-os do rural, mas também criando diferenças internas à própria cidade, em que alguns bairros recebem mais equipamentos e suporte público e privado tornando-os privilegiados em relação àqueles periféricos, onde vivem as populações subalternizadas.

Raquel Rolnik descreve em seu livro “Guerra dos lugares” (2015) que as cidades são constituídas a partir de relações de poder, e seus territórios são demarcados e seus “espaços construídos pelas finanças”; de tal modo que, ela considera um novo tipo de potência colonizadora que se expande em uma tripla ocupação: material, política e cultural. “É uma ocupação material, pois todas as partes do território do planeta são capturadas por uma lógica de ocupação e gestão do lugar estabelecida por meio de regimes privados de controle territorial com o objetivo de gerar juros para o capital investido”.

A arquiteta considera que também é ocupação política pelo fato de as políticas públicas, principalmente as que voltam-se para as demandas sociais, receberem forte interferência do mercado financeiro (de bancos, de empresas nacionais e internacionais, do agronegócio). E, a colonialidade cultural se dá por uma imposição de organização dos espaços de lazer, de expressão artística e de consumo (Rolnik, 2022).

Já a Polis, expressão de origem grega, envolve os parâmetros imateriais que compõe e estabelece as relações sociais da cidade. O termo Polis pressupõe as formas de contato e ação comuns que ocorrem no espaço público. Localidade onde são estimuladas as relações de cooperação e solidariedade, as relações comunitárias, na qual os cidadãos são personagens centrais. Polís traz como referência as cidades-estado da Grécia antiga com organização militar e política próprias, também se colocavam como autônomas e autossuficientes para não depender de outras. As referências com relação à Polis é de ser “o lugar por excelência da vida civilizada, locus em que os homens poderiam exibir o melhor de si e caminhar rumo à construção de uma ordem social justa e livre.” (Giovanni e Nogueira, 2018, p.703)

A Polis, portanto, compreende a participação permanente de uma parcela ativa da população em um processo constante de constituição, reformulação, instituição. Um local facilitador de proposições coletivas em que os grupos ativos ou ativistas possam atuar nas formulações de políticas, de legislações e de governança. Tendo o coletivo como soberano, de



modo a garantir a igualdade política e de direitos entre os diferentes grupos sociais que compõe o território da cidade; mas, no contraponto, mantendo os sujeitos em constante participação ativa nos “negócios públicos”. (Giovanni e Nogueira, 2018, p.703)

A experiência concreta da Polis, porém, não integra os grupos de modo a garantir a autogestão ou coparticipação e usufruto de igual modo a todos. No caso de territórios periféricos, as formas de sociabilidade, cooperação e vivência no lugar comum, em áreas públicas, ocorrem mais constantemente. A inferioridade de condições econômicas e de infraestrutura urbana nas periferias em relação aos centros urbanos, leva os grupos a se articularem e manifestarem mais para buscar melhorias que beneficiem o coletivo, uma vez que o coletivo está precarizado.

Seja em função de necessidades econômicas, seja pela falta ou irregularidade de moradia, da inexistência de estruturas viária ou de transporte coletivo, da ausência de serviços de saúde; todas experiências comuns que marginalizam as pessoas e, nessa condição, impulsionam movimentos sociais de luta pela garantia de seu espaço e de outros direitos básicos. Esses fatores levam a entender que as periferias se constituem, acima de tudo, como Polis. E, “a política derivada da ideia de pólis auxilia-nos a integrar desejos, vontades e interesses em uma convivência coletiva” (Giovanni e Nogueira, 2018, p.705).

Nesse meio existem intensas relações sociais de afetividade, cooperação, solidariedade, mas também de violências e desigualdades, interagindo enquanto corpo vivo e coletivo. E, mesmo com a inexistência de atuação do Estado para garantir os direitos básicos, e recebendo tratamento desigual e inferior pelo mercado, é possível que as pessoas desse grupo subalternizado adquiram recursos financeiros e culturais, de modo a terem acesso a experiências maiores e melhores no contexto da cidade no que se refere a Urbe. (Rolnik, 2015)

Por outro lado, os moradores de bairros mais centrais e com maiores recursos econômicos, de modo geral vivem de forma mais individualizada suas experiências de cidade. As experiências afetivas ficam mais reservadas aos espaços familiares e profissionais, ocorrendo em situações formais ou pré-estabelecidas em ambientes internos, com pouca ou nenhuma convivência em espaços públicos. São experiências reduzidas por uma condição social diferenciada que leva tais pessoas a terem uma representação errônea da cidade e, principalmente dos territórios subalternos. Para estes, o que está fora de seus bairros, seus

condomínios, seus centros comerciais e empresariais, representa hostilidade e ameaça aos seus privilégios.

Portanto, nesse grupo elitizado não há sentimento de pertencimento ao coletivo, ou desejo de convivência na diversidade de forma abrangente, mas uma vivência marcada pela particularização física e afetiva. Limitam suas experiências de Polis por se sentirem inseguras e temerosas em relação ao *outro*, ao diferente, especialmente aos grupos empobrecidos.

Para Rolnik (2022) é importante destacar que as cidades estão dentro de uma proposta de colonialidade, em que uma forma de viver hegemônica é imposta a todos os grupos, uma imposição que estabelece a organização dos territórios da cidade. “[...] o que são senão uma forma de organizar a sociabilidade e aos processos de consumo. A imposição cultural de um modo de viver, de um modo de existir, de estar no planeta. A ideia de colonialidade, muito além do colonialismo, que ficou no passado. Estamos falando de uma renovação do conceito e da presença colonial no planeta” (Rolnik, 2022).

Esse cenário se acentua nas cidades com o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias da comunicação e da informação, diante do impacto da globalização. Com esses recursos os grandes grupos de comunicação, em posição hegemônica, definem os comportamentos sociais com vistas ao mercado e ao desenvolvimento de produtos, infraestrutura.

Por isso, os grupos sociais distintos em suas condições materiais e imateriais resultantes desse contexto que impõe parâmetros econômicos, culturais e políticos, em suas experiências com a Urbe se colocam em posições diferenciadas, repercutindo também na arena política. A participação nos processos de avaliação e proposição de políticas públicas vão confrontar realidades distintas, visões específicas sobre a configuração de cidade, e posturas induzidas por uma hegemonia de mercado sobre o papel do Estado, limitando o processo de gestão na implantação de uma cidade plena em que urbe e polis se complementem.

Schmidt e Santos (2017) explicam que no campo das políticas públicas esses segmentos são definidos como atores sociais. Esses enquanto classe social, etnia, gênero, categoria profissional, artística ou empresarial são integrantes da arena política e possuem o importante papel de atuação diante do processo de agendamento, construção, implementação e desdobramentos das políticas públicas. Para Secchi (2010), os atores sociais são pessoas ou grupos que atuam na sensibilização pública acerca dos temas relevantes para eles, e ainda



concentram sua ação diretamente na elaboração de propostas que serão convertidas em Políticas públicas. Esses atores têm seu desempenho na arena política, ou seja, “o lugar onde ocorre a disputa política”.

Essas atuações na arena política levam a formação de uma agenda, considerada de um modo geral como “conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes”, e especificamente a “agenda formal” como aquela relacionada diretamente ao poder público em que se relaciona o “conjunto de problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar. Também é conhecida como agenda institucional”. Ainda outros dois tipos a agenda política que se relaciona à avaliação dos atores institucionais ou políticos que abriga o “conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública”. E, a agenda da mídia que engloba o “conjunto de problemas ou temas que recebe especial atenção dos diversos meios de comunicação” (Secchi, 2017 p.151).

Por isso é importante ficar claro que os indivíduos, grupos e organizações que vivenciam a cidade em territórios e condições diferenciadas influenciarão o processo político, estes têm comportamentos ou interesses dinâmicos de acordo com os grupos que se localizam na estrutura social. Teoricamente, os atores devem interagir e participar igualmente dos processos, definir pautas e projetos, buscar recursos, promover aproximações e diálogos, fazer coligações, e resolver conflitos na arena política (Secchi, 2017 p.77).

São os atores sociais que devem pautar as agendas dos gestores para as Políticas Públicas integradas, principalmente àquelas que compreendam a dimensão de uma cidade plena, interligando urbe e polis. E, nesse processo devem ser considerados aspectos que pautam uma cidade como: o contexto global de colonialidade; a diversidade cultural enquanto dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável; a perspectiva da diversidade na formação de territórios; as percepções sobre a pobreza e sua erradicação; o reconhecimento de lutas por uma urbanização cidadã, por assentamento e ocupação de espaços para habitação e convívio coletivo; o entendimento das expressões culturais e da comunicação dos marginalizados, os processos de folkcomunicação, como mediadores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a folkcomunicação na cidade midiaticizada trouxe uma série de aspectos relevantes em torno de questões ligadas a territorialidade enquanto espaço das relações sociais cotidianas de convivência, sobrevivência, das dinâmicas e práticas culturais. Ainda, trouxe primeiro uma perspectiva do urbano como uma possibilidade de melhores condições de vida, mas depois de imposições da colonialidade que provoca situações de movimentos sócias migratórios, de expressão cultural, de reinvidicação social e política.

Pensar cidade trouxe uma dimensão ampliada sobre essa localidade que se configura enquanto urbe e polis, o que gera uma condução das vidas em função dos grupos sociais a que se pertence. Urbe se configurando em termos de materialidade urbana: infraestrutura, tecnologias, produtos. Polis como imaterialidade, um contexto para convivência e gestão de processos, manifestações, expressões. E, ainda que as demandas para uma cidade plena em que Urbe e Polis se façam presentes de forma universal, em todos os seus territórios e para o conjunto de cidadãos e cidadãs, a colonialidade limita e determina os caminhos de uma cidade midiaticizada.

Por essas condições, as comunidades à margem do contexto produtivo hegemônico e globalizado podem formar redes comunicativas de maneiras singulares, para posicionarem sua produção cultural e atuar como grupo de pressão, com agentes/líderes folk ou ativistas midiáticos. Elas vão estabelecendo relações do local ao global para demarcar sua territorialidade para refletir em políticas de seu interesse, do mesmo modo que estabelecem interações mediatas para a elaboração de seus bens culturais (Schmidt, 2018, p.48).

Cabe nesse processo conhecer e reconhecer as contribuições que as periferias das cidades podem oferecer; e, de que modo as culturas populares e subalternas adentram as relações elitizadas seja na Urbe ou na Polis abrindo espaço para que suas demandas sejam reconhecidas. Os processos que esses grupos criam e estabelecem para se comunicar, para transmitir seus valores, suas referências, seu conhecimento e seu sentimento. Esses grupos subalternizados reelaboram a sociedade e suas relações apresentando a visão própria de sua gente, de sua realidade. Expressões questionadoras da visão dominante e institucionalizada, mas alinhadas com seu grupo.

Os grupos marginalizados, coligados em seus processos de folkcomunicação, com presença significativa de ativistas midiáticos, criam mecanismos relacionais com a cidade e os



meios hegemônicos de comunicação. Para Trigueiro (2008) todos que exercem uma atividade de acesso aos veículos comunicativos são considerados sujeitos ativos, o que difere dos ativistas, que além de acessarem, desempenham uma atividade de militância, e assim, planejam e participam de movimentos nos quais manifestam suas posições.

No contexto midiaticizado em que se configura uma colonialidade perniciososa e sutil em níveis econômicos, políticos e culturais, Trigueiro (2008) avalia ser fundamental a compreensão dos sistemas folkcomunicacionais e o desempenho dos ativistas midiáticos que “atuam nos movimentos participativos da cidadania, como agentes comunicadores vinculados aos movimentos culturais que utilizam estratégias, que legitimam a sua participação como cidadãos conscientes do seu papel na organização da sociedade civil” (Trigueiro, 2008, p.10).

Por isso, ao refletir sobre a folkcomunicação na cidade midiaticizada é fundamental destacar o papel do ativista midiático do grupo social como um todo, pois ele figura como um motivador, que parte do anonimato para o reconhecimento público, ou seja, passa a ter visibilidade no bairro, em instituições públicas e nos diversos meios sociais. Ele cria uma dinâmica que se configura como processo de folkcomunicação e cria a possibilidade de situar uma cidade plena na inter-relação urbe-polis. É justamente nesse movimento que a folkcomunicação se faz, com os meios específicos utilizados para articular elementos popular e massivo, tradicionais e modernos, rurais e urbanos. Nos processos folkcomunicacionais estão materialidade e imaterialidade.

O resultado desses processos de folkcomunicação em uma cidade midiaticizada, considerando as manifestações dos grupos marginalizados em suas dinâmicas, suas demandas específicas, nos elementos culturais e econômicos diversos, na colonialidade e nas transgressões, contribui para refletir, avaliar e propor políticas públicas. E, principalmente as comunidades à margem do contexto citadino hegemônico são pujantes territórios de mobilização e ativismos, com meios facilitadores de diálogo e mediação; mas são grupos potentes para criar uma agenda pública de concepção de uma cidade plena.



REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 4ª ed., 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 2ª. ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas – Fundap**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013.

SCHMIDT, Cristina; SANTOS, Daniel M. **Redes Folkcomunicacionais e Políticas Públicas: A Escola de Cidadania e Espaço Político e de Ativismo Midiático**. Revista Internacional de Folkcomunicação, Ponta Grossa/ PR Volume 15, Número 34, p.103-118, Janeiro/Junho 2017.

SCHMIDT, Cristina. **Folkcomunicação, ativismo e políticas públicas: aproximações disciplinares para a atuação na arena política**. Anais da XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), 2018.

SCHMIDT, Cristina. **Redes Culturais Comunicativas: uma pesquisa colaborativa e interdisciplinar em Folkcomunicação**. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2016. v. 1. p. 1-14. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2669-1.pdf>> Acesso em 19 abr. 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. 2022. **O colonialismo imobiliário**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-colonialismo-imobiliario-segundo-raquel-rolnik/#>. Acesso em 20 de outubro 2023.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Folkcomunicação e Ativismo Midiático**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

UNESCO. **2º. Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Paris, France: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2009.